



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2024

Referente: Manifestação de interesse da Prefeitura Municipal em obter propostas adicionais de eventuais interessados, nos termos do §3º do art. 75 da Lei nº 14.333/2021.

Objeto: Aquisição de Tablets destinados ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes da rede municipal de ensino do município de Catiguá, de acordo com a especificações contidas no Termo de Referência.

A Prefeitura Municipal de Catiguá, Estado de São Paulo, torna público para conhecimento dos interessados, que instaurou Processo de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, II da Lei nº 14.133/2021, destinado à contratação do objeto em epígrafe.

Visando atender ao disposto no §3º do art. 75 da Lei nº 14.333/2021, a Prefeitura Municipal vem manifestar interesse em receber propostas de eventuais interessados na execução dos serviços constantes do objeto acima descrito.

Eventuais interessados deverão enviar suas propostas através do e-mail cotacao@catigua.sp.gov.br, ou as entregar mediante protocolo junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Catiguá, localizada na Avenida José Zancaner, nº 312, Centro - CEP 15.872-018, neste município de Catiguá, Estado de São Paulo, até as **17h00min** do dia **30 DE OUTUBRO DE 2024**.

Os anexos da referida dispensa podem ser acessados no Site Oficial da Prefeitura Municipal, na aba “Licitações”. Dúvidas e esclarecimento podem ser obtidos através do e-mail acima ou pelo telefone: (17) 3564-9500.

Prefeitura Municipal de Catiguá - SP, 25 de Outubro de 2024.

JOÃO OTÁVIO BORGES DE AZEVEDO
Agente de Contratação



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de Tablets destinados ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes da rede municipal de ensino do município de Catiguá, de acordo com a especificações contidas no Termo de Referência.

1.2. A contratação se dará conforme a tabela abaixo:

ITEM	QTDE.	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	38	UNIDADE	<p><u>TABLET 11 POLEGADAS</u></p> <p>Requisitos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Processador Octa Core 2.2 GHz, 1.8GHz;- Tela TFT de 11.0" (278.2mm) – Resolução 1920 x 1200 (WUXGA);- Memória de 4GB; Armazenamento interno de 64GB; Armazenamento externo suportado MicroSD (Up to 1TB);- Conectividade versão de USB 2.0;- Localização GPS, Glonass, Beidou, Galileu, QZSS; 802.11 a/b/g/n/ac 2.4G+5GHz, VHT80;- Bluetooth Bluetooth v5.1;- Sensores Acelerômetro, Giroscópio, Geo Magnético, Sensor de Efeito Hall;- Sistema Operacional Android;- Câmera traseira de, no mínimo, 8MP e frontal com no mínimo 5MP;- Bateria com capacidade mínima de 7040mAh;- Peso não superior a 481g;- Possuir Wi-fi Direct; <p>DEVERÁ VIR INCLUSO: 01 CARREGADOR e 01 CABO DE DADOS, ORIGINAL DO FABRICANTE; Com selo de certificação válido pela Anatel Rede Móvel - deverão apresentar selo com a logomarca da Anatel e número de homologação; Linguagem Português do Brasil Obrigatório.</p> <p>GARANTIAS: O tablet proposto deverá possuir garantia mínima do fabricante de 12 (doze) meses para o equipamento. OS TABLETS DEVEM SER FORNECIDOS NA MESMA COR (RESPEITANDO A PADRONIZAÇÃO DE CORES: PRETO OU PRATA).</p>

1.3. O objeto a ser contratado se enquadra na categoria de bens comuns, conforme art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.1333/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.4. Compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias corridos da ordem de fornecimento.

1.5. O prazo de vigência desta contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da legislação em vigor, mediante justificativa.

1.6. O critério de julgamento adotado será o de "**MENOR PREÇO DO ITEM**", observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.



2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. A contratação a que se refere o item 1 acima, deverá atender às condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2.1.1 A entrega e instalação dos equipamentos deverá ocorrer nos endereços em conformidade com as autorizações de fornecimento expedidas pelo departamento requisitante.

2.1.2. Os itens que demandarem instalação e/ou montagem são de responsabilidade da Contratada e devem obedecer e seguir rigorosamente o manual do fabricante, bem como estar em conformidade com as normas da ABNT (certificação) e demais aplicáveis de acordo com a natureza do item.

2.1.3. Quando for o caso: O serviço de instalação dos equipamentos deve contemplar a mão de obra, fornecimento de todos os materiais e acessórios referentes à instalação, sendo que todos itens, bem como materiais e acessórios referentes à instalação devem ser novos e de primeiro uso.

2.1.4. Nenhum componente dos equipamentos especificados poderá apresentar materiais ou quaisquer outros elementos que indiquem erro ou imprecisão de projeto por parte do fabricante ou do montador/entregador.

2.1.5. Não serão aceitos itens com alterações de projeto, ou seja, equipamentos que sofreram adaptações em suas configurações originais com o objetivo de atender o edital, devendo haver a imediata substituição, considerando um prazo razoável de 10 (dez) dias, sob pena de rescisão contratual e aplicação de penalidades legais e contratuais.

2.1.6. Deverão ser fornecidos e instalados apenas itens acompanhados de seus componentes novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos usados, reconicionados, reciclados, enfim, provenientes de reutilização de material.

2.1.7. A Contratada deverá entregar e instalar os itens em até 30 (trinta) dias, contados da Autorização de Fornecimento.

2.1.8. A Contratada deverá dispor de ferramentas, equipamentos e produtos adequados para a execução dos serviços.

2.1.9. Os serviços deverão ser realizados por técnicos capacitados e devidamente habilitados, vinculados à contratada.

outras que por ventura venham a ocorrer para conclusão do objeto contratado.

2.1.10. A licitante deverá, obrigatoriamente, anexar junto à proposta comercial, o catálogo técnico dos equipamentos ofertados, contendo todas as informações, parâmetros técnicos, dimensões, pesos e demais características.

2.1.11. Os itens deverão ter garantia conforme descrição do objeto.

2.2. Condições Gerais da Contratação

2.2.1. Do não parcelamento da contratação: Em razão da natureza do objeto e por sua indivisibilidade, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação.

2.2.2. Do prazo de vigência: O prazo de vigência desta contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da legislação em vigor, mediante justificativa.

2.2.3. Do custo estimado total da contratação: O custo total estimado da contratação a que se refere este Termo de Referência é de R\$ 58.948,13 (cinquenta e oito mil, novecentos e quarenta e oito reais e treze centavos).

2.3. Da fundamentação e descrição da necessidade da contratação



2.3.1. Com o avanço da tecnologia, suas funcionalidades e os benefícios por ela proporcionados, vem, aos poucos, mudando a forma como tradicionais instituições atuam e como seus processos são aplicados. Um dos maiores exemplos dessa mudança se dá na escola.

2.3.2. A aquisição de tablets se fundamenta na necessidade de aquisição de uma ferramenta eficiente para atendimento da demanda dos alunos da Educação Fundamental (anos iniciais) e Especial da Rede Municipal de Ensino de Catiguá, em atendimento a adesão, junto ao governo estadual, da implantação da Plataforma de Leitura Elefante Letrado, uma tecnologia educacional que tem por objetivo favorecer a formação do hábito da leitura e promover o desenvolvimento da compreensão leitora de crianças dos Anos Iniciais, além de auxiliar em atividades diversificadas na sala de aula, realização de pesquisas e para uso dos professores por meio de variados aplicativos disponíveis para criação de vídeos, imagens, jogos, entre outros. Para essas atividades, um tablet é adequado por seu formato, tamanho e de fácil mobilidade.

2.3.3. A utilização dos tablets em sala de aula é uma inovação que veio para ficar e melhorar o ensino e a forma de aprender dos estudantes. Melhora o processo de ensino e aprendizagem, como: o uso de diferentes aplicativos que ajudam nos estudos, a leitura mais dinâmica de livros, revistas e arquivos, o armazenamento de informações e a mobilidade do equipamento.

2.3.4. Por isso, a utilização dessas ferramentas na sala de aula como material de apoio aos estudos pode aumentar muito a produtividade e rendimento escolar.

2.3.5. A diversidade dos formatos (vídeos, fotos, jogos, gráficos, músicas, ilustrações animadas, conteúdo em 3D, atividades lúdicas) também desperta um maior interesse dos alunos e ajuda na compreensão de temas mais complexos.

2.3.6. A tecnologia permite acompanhar melhor o rendimento dos estudantes em sala de aula, favorecendo inclusive o aumento do interesse deles pelas atividades. Recursos, como a gamificação, têm contribuído muito para a obtenção de resultados satisfatórios no processo de ensino/Recomposição da aprendizagem.

2.3.7. Sabe-se que a educação é um direito social de grande importância para a consolidação de um Estado Democrático de Direito. É um valor que alcança status de direito fundamental dentro do sistema jurídico brasileiro em face de sua relevância e pertinência de aplicação, no intuito de concretizar a ideia de construção do bem comum e de uma sociedade mais justa, podendo ser avaliada como uma necessidade básica para que se construa um mundo mais igualitário, promovendo em cada indivíduo, a compreensão de sua situação no tempo e no espaço e, conseqüentemente, a possibilidade de melhoria intelectual e social.

2.3.8. A Constituição Federal positivou a Educação como um direito social em seu artigo 6º, tratando desse importante assunto em várias partes do Ordenamento Pátrio.

2.3.9. A aquisição de tablets escolares fundamenta-se na busca pela excelência educacional, na criação de um ambiente propício ao desenvolvimento cognitivo, de integração e promoção da igualdade social e emocional dos estudantes nas Unidades Escolares de Catiguá - SP.

2.3.10. Diante do exposto, considerando o processo de informatização e o crescimento incomensurável da tecnologia da informação e comunicação, bem como a imprescindibilidade destas como ferramentas eficazes no processo de ensino e aprendizagem, é que se justifica a presente pretensão de aquisição.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Trata-se o tablet de uma ferramenta eficiente para a implantação da “Plataforma de Leitura Elefante Letrado”, uma tecnologia educacional que tem por objetivos favorecer a formação do hábito da leitura e promover o desenvolvimento da compreensão leitora de crianças dos Anos Iniciais.



3.2. Para essas atividades, o tablet é adequado por seu formato, tamanho e por ser de fácil mobilidade.

3.3. O uso de tablets na sala de aula auxilia o processo de ensino e aprendizagem, pois oferece uma série de vantagens, como:

- a) Versatilidade: Os tablets podem ser utilizados para uma variedade de atividades, como leitura de livros digitais, acesso a vídeos educativos, jogos interativos, pesquisas e criação de imagens e vídeos.
- b) Autonomia: Os alunos podem receber o conteúdo, fazer edições, pesquisar e conversar com outros alunos para estudar.
- c) Custo-benefício: O custo de um tablet e de um pacote de dados de internet pode ser menor do que o de comprar livros, cadernos e outros materiais escolares anualmente.
- d) Mobilidade: Os tablets são móveis, o que permite que os alunos possam usar o dispositivo em diferentes locais.
- e) Armazenamento: Os tablets permitem armazenar informações.
- f) Prender a atenção: O uso de tablets pode ajudar a prender a atenção dos alunos.
- g) Avaliação: Os tablets podem ajudar os professores a avaliar os alunos de forma mais rápida.

3.3. Com este intuito, a Secretaria Municipal de Educação do município de Catiguá irá propiciar aos estudantes da rede municipal de ensino de Catiguá o fornecimento dos itens pretendidos, para um melhor aprendizado, contribuindo assim para a formação pedagógica com qualidade e equidade.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. A licitante deverá, obrigatoriamente, anexar junto à proposta comercial, o catálogo técnico dos equipamentos ofertados, contendo todas as informações, parâmetros técnicos, dimensões, pesos e demais características.

4.2. A licitante declarará que está cotando marca e modelo de equipamento que detém o selo de certificação válido pela Anatel Rede Móvel - deverão apresentar selo com a logomarca da Anatel e número de homologação; Linguagem Português do Brasil Obrigatório.

4.3. Os documentos aqui tratados deverão ser apresentados juntamente com os documentos de Qualificação Técnica (item 11.14)

5. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1. Os equipamentos e seus componentes deverão ter garantia técnica de, no mínimo 12 (doze) meses, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, contados a partir da data de entrega dos equipamentos, *on-site*, prestada pelo fabricante ou pela contratada, devendo ter linha direta para futuros e eventuais chamados técnicos. (Entende-se como garantia *on-site* aquela que é prestada por um técnico do fabricante/contratado, não podendo ser executada por terceiros).

5.2. A licitante vencedora deverá declarar que tem capacidade de atendimento da garantia ofertada pelo fabricante do equipamento.

5.3. O contratado/fabricante deverá disponibilizar número de telefone para suporte técnico.

5.4. Os serviços de assistência técnica da garantia dos equipamentos consistem em reparos *in loco* ou em laboratório quando o conserto não puder ser comprovadamente realizado nas instalações do Contratante, das eventuais falhas dos equipamentos, mediante a substituição de peças e/ou componentes que se apresentem defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos. Em casos de defeitos insanáveis, que impossibilitem a substituição de peças, deverá ser realizada a substituição de equipamentos completos.



5.5. A assistência técnica deverá utilizar apenas peças e componentes originais e de primeiro uso, homologados pelo fabricante do equipamento, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pelo Contratante.

5.6. O prazo para atendimento do chamado de assistência técnica não poderá ser superior a 05 (cinco) dias e a conclusão do atendimento não poderá ser superior a 15 (quinze) dias.

5.7. Ao Contratante reserva-se o direito de remanejar os equipamentos adquiridos para quaisquer outras de suas unidades administrativas, sem que decorra perda ou prejuízo da garantia.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto constante deste Termo de Referência.

6.2. Não haverá exigência de garantia da contratação tratada nos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os produtos serão adquiridos de forma contínua, sem dedicação exclusiva, e deverão obedecer ao disposto neste Termo de Referência, para o desenvolvimento das atividades descritas nos itens 1 e 2.

7.2. O prazo para a execução/entrega será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

7.3. O objeto deste termo deverá ser fornecido de acordo com as necessidades da Administração Municipal, mediante solicitação por escrito do Departamento requisitante, devendo ser entregue no **prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, no seguinte endereço: *Escola Municipal de Ensino Fundamental Serafim Sanches – Rua José Serafim, nº 134, bairro Santa Isabel, CEP 15870-003.*

7.4. A execução será mediante as disposições contidas no instrumento de contrato, respeitadas as especificações deste Termo de Referência.

7.5. Não serão aceitos produtos com embalagens violadas, amassadas ou com marcas diferentes das ofertadas na proposta de preços.

7.6. O item poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, ou, ainda, caso esteja danificado, devendo ser devolvido e substituído pela contratada no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento do comunicado pela Secretaria Municipal de Educação, sem acréscimo pecuniário de qualquer natureza, sob pena de aplicação das medidas coercitivas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.7. A inspeção e fiscalização pela Administração Municipal não isenta, tampouco diminui, a responsabilidade da licitante vencedora quanto a garantia dos produtos.

7.8. A execução deverá seguir as disposições deste Termo de Referência, podendo haver alterações mediante justificativa técnica aceita pela Senhora Secretária Municipal de Educação, desde que necessárias ao bom andamento da execução contratual.

7.9. A contratada deverá observar parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade.

7.10. A Contratada responsabiliza-se por todas as despesas decorrentes, tais como: encargos trabalhistas, previdenciários, despesas com entrega dos itens, despesas com alimentação, hospedagem, transporte de seus funcionários e equipamentos, combustível e quaisquer outras relacionadas para conclusão do objeto contratado.



8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3. Após a assinatura do contrato, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

8.4.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.4.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.4.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.4.4. No caso de constatadas ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou à autoridade superior.

8.5. A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 118).

8.5.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.6. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 119).

8.7. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 120).

8.8. Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

8.8.1. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à contratante a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.9. A Administração Municipal poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.10. As comunicações entre a Administração Municipal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



8.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, será exigida a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1. A avaliação da execução do objeto deverá levar em conta os itens 1 e 2 deste Termo de Referência, do qual constam especificação do objeto, unidade de medida e quantitativos.

9.2. Poderão ser descontadas as importâncias relativas às quantidades de bens/serviços não aceitas e glosadas pelo Contratante por motivos imputáveis à Contratada, devendo haver proporcionalidade com a irregularidade verificada, quando restar comprovado:

9.2.1. Que não foram produzidos os resultados acordados;

9.2.2. Que a contratada deixou de executar ou não executou dentro das quantidades mínimas as atividades contratadas;

9.2.3. Que a contratada deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos ou que os utilizou em quantidade ou qualidade inferior à necessária;

9.2.4. A realização dos descontos indicados no item anterior não prejudica a aplicação de sanções à Contratada, por conta da não execução dos serviços.

9.3. Os valores dos bens/serviços serão faturados de acordo com o preço auferido no processo de contratação.

9.4. As faturas deverão ser emitidas pela Contratada e apresentadas à contratante no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, ou enviadas por e-mail para compras@catigua.sp.gov.br

10. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega e aceite definitivo do material e serviços, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho, onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante da referida licitação, não sendo aceita emissão de boleto para o pagamento.

10.2. Havendo erro na nota fiscal/fatura (preço diferente do contratado ou qualquer outra irregularidade) ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação do processo de pagamento será suspensa para que a contratada adote as providências necessárias à correção, passando a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da nota fiscal/fatura reapresentada.

10.3. Havendo atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, incidirá correção monetária sobre o valor devido, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$$I = \left(\frac{6}{100} \right)$$

I = 0,00016438

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

10.4. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é devido no local do estabelecimento do prestador de serviço ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

10.5. O valor do pagamento será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados e de itens fornecidos, aplicando-se eventual desconto em função de irregularidade verificada por culpa da contratada, se for o caso.

11. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado através de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, adotando-se o critério de “**MENOR PREÇO DO ITEM**”.

11.2. As exigências de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Pesquisa na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apanados>).

11.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

11.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio da análise dos documentos apresentados.

11.7. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação de habilitação, ou encaminhar, quando solicitado pela contratante, a respectiva documentação atualizada.

11.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.9. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



11.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.11. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

11.12. Habilitação Jurídica:

11.12.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.12.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.12.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

11.12.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.12.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

11.12.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.12.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

11.12.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.13. Qualificação econômico-financeira:

11.13.1. Apresentar **certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

11.14. Qualificação Técnica:

11.14.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

11.14.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

11.14.2. Apresentar **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OU CERTIDÃO**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o participante tenha prestado serviços compatíveis em características com o objeto desta licitação. O atestado deverá ser apresentado em papel timbrado, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone da pessoa jurídica emitente, data de emissão e identificação do responsável pela emissão do atestado (nome, cargo e assinatura).

11.14.3. A licitante deverá, obrigatoriamente, anexar junto à proposta comercial, o catálogo técnico dos equipamentos ofertados, contendo todas as informações, parâmetros técnicos, dimensões, pesos e demais características.



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



11.14.4. A licitante declarará que está cotando marca e modelo de equipamento que detém o selo de certificação válido pela Anatel Rede Móvel - deverão apresentar selo com a logomarca da Anatel e número de homologação; Linguagem Português do Brasil Obrigatório.

11.15. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

11.15.1. No caso de pessoa física: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

11.15.2. No caso de pessoa jurídica: Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.15.3. Prova de inscrição no cadastro de **CONTRIBUINTE ESTADUAL** e/ou **MUNICIPAL**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, a saber:

11.15.3.1. Se o ramo de atividade da empresa for comércio, deverá apresentar prova de **INSCRIÇÃO ESTADUAL**;

11.15.3.2. Se o ramo de atividade da empresa for prestação de serviço, deverá apresentar prova de **CADASTRO MUNICIPAL**.

11.15.3.3. Se o ramo de atividade da empresa envolver comércio e prestação de serviço deverá apresentar prova de **INSCRIÇÃO ESTADUAL** e **MUNICIPAL**.

11.15.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual** da sede ou do domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

11.15.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação da Certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);

11.15.5. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

11.15.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

11.15.7. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.15.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

11.15.8. Prova de inexistência de **débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.15.9. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.15.10. Declaração de que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado), somente para as licitantes com sede ou matriz no Estado de São Paulo;

11.15.11. Declaração de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;



- 11.15.12.** Declaração de que cumpre a determinação de **reserva** de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no [art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021](#);
- 11.15.13.** Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1.** As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Administração Municipal de Catiguá.
- 12.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação: 02.07 Departamento de Educação – 12.361.0006.2018 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – 4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente / Fonte de Recurso: 01 Tesouro – Ficha 0097.

13. DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 13.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 13.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA ou IGPM de dois meses anteriores ao aditamento, desde que observados os preços, condições e índice mais vantajosos para a Administração.
- 13.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 13.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

Catiguá, 25 de Outubro de 2024.

SILVANA FEDERICI DOS SANTOS OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

(papel timbrado da empresa)

Objeto: Aquisição de Tablets destinados ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes da rede municipal de ensino do município de Catiguá, de acordo com a especificações contidas no Termo de Referência.

A empresa _____ (razão social), devidamente inscrita no Ministério da Fazenda no CNPJ sob nº _____, com sede na _____ (endereço completo, telefone e e-mail), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, apresenta a seguinte proposta comercial:

PLANILHA DE QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	QTDE.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	38	UNIDADE	<u>TABLET 11 POLEGADAS</u> Requisitos mínimos: - Processador Octa Core 2.2 GHz, 1.8GHz; - Tela TFT de 11.0" (278.2mm) – Resolução 1920 x 1200 (WUXGA); - Memória de 4GB; Armazenamento interno de 64GB; Armazenamento externo suportado MicroSD (Up to 1TB); - Conectividade versão de USB 2.0; - Localização GPS, Glonass, Beidou, Galileu, QZSS; 802.11 a/b/g/n/ac 2.4G+5GHz, VHT80; - Bluetooth Bluetooth v5.1; - Sensores Acelerômetro, Giroscópio, Geo Magnético, Sensor de Efeito Hall; - Sistema Operacional Android; - Câmera traseira de, no mínimo, 8MP e frontal com no mínimo 5MP; - Bateria com capacidade mínima de 7040mAh; - Peso não superior a 481g; - Possuir Wi-fi Direct; DEVERÁ VIR INCLUSO: 01 CARREGADOR e 01 CABO DE DADOS, ORIGINAL DO FABRICANTE; Com selo de certificação válido pela Anatel Rede Móvel - deverão apresentar selo com a logomarca da Anatel e número de			



Prefeitura Municipal de Catiguá

CNPJ: 45.124.344/0001-40



			homologação; Linguagem Português do Brasil Obrigatório. GARANTIAS: O tablet proposto deverá possuir garantia mínima do fabricante de 12 (doze) meses para o equipamento. OS TABLETS DEVEM SER FORNECIDOS NA MESMA COR (RESPEITANDO A PADRONIZAÇÃO DE CORES: PRETO OU PRATA).			
--	--	--	---	--	--	--

VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ _____ (_____)

OBS. 01: Se houver divergência ou discrepância entre os valores unitário e total, prevalecerá sempre o VALOR UNITÁRIO.

OBS. 02: Nos valores propostos acima, estão inclusos todos e quaisquer encargos inerentes a execução do objeto desta proposta, tais como: tributos, taxas, transportes, carregamento, descarregamento, encargos sociais, trabalhistas, frete, seguro, e outros que, direta e indiretamente, incidam sobre o perfeito e integral cumprimento da proposta apresentada.

CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO: As condições que envolvem a execução do objeto deste orçamento seguem as disposições contidas no Termo de Referência.

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias contados da data limite para apresentação das propostas, sendo considerado prorrogado automaticamente, por iguais e sucessivos períodos até o término do processamento do respectivo processo.



DECLARAÇÕES QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA DE PREÇOS

DECLARO sob pena de desclassificação, de que esta proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

DECLARA, ainda, sob as penas da lei, em especial quanto ao artigo 299, do Código Penal Brasileiro, que:

- a proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela interessada, e o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da respectiva licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da respectiva licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da respectiva licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da respectiva licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Catiguá - SP, antes da abertura oficial das propostas; e
- está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal

Nome do Representante Legal

Função

CPF nº / RG nº



ANEXO III – DECLARAÇÃO CONJUNTA (MODELO)

(papel timbrado da empresa)

Objeto: Aquisição de Tablets destinados ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes da rede municipal de ensino do município de Catiguá, de acordo com a especificações contidas no Termo de Referência.

A empresa _____ (razão social), devidamente inscrita no Ministério da Fazenda no CNPJ sob nº _____, com sede na _____ (endereço completo, telefone e e-mail), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, venho declarar que:

- a) que atende às exigências do referido processo quanto aos requisitos de habilitação ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- b) que cumpre a determinação de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no [art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021](#).
- c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) possui aptidão financeira para a execução do contrato/ata de registro de preço e que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento de eventuais direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- e) atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado), somente para as licitantes com sede ou matriz no Estado de São Paulo;
- f) inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;
- g) **para o caso de empresas ME, EPP e assemelhadas:** não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- h) **para o caso de empresas ME, EPP e assemelhadas:** que é enquadrada como _____ (MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações posteriores, e que pretende utilizar-se do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores.
- i) tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do processo licitatório.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal
Nome do Representante Legal
Função - CPF nº / RG nº